



EM DEFESA DAS 30 HORAS! DIA NACIONAL DE LUTA PELA REDE FEDERAL

NENHUM DIREITO A MENOS

**CONTRA OS ATAQUES
À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**



SINASEFE
CSP-Conlutas | CEA

ATAQUES À JORNADA FLEXIBILIZADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS!



O artigo 1º, parágrafo único da Lei 11.892/2008 prevê a autonomia dos institutos federais e, de forma ampla, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Contudo, a usurpação da república em 2016, orquestrado pelas forças conservadoras brasileiras, vem colocando em xeque esta autonomia. Evidentemente, o recente ataque à jornada flexibilizada de 30 horas para os TAEs ilustra bem essa situação.

Em nome de uma difusa moralidade no serviço público aliada à crescente judicialização da política, o caráter público da rede federal de ensino segue em vias de extinção. Órgãos do governo federal como o Tribunal de Contas da União – TCU e a Controladoria Geral da União - CGU estão intimidando, controlando, provocando, chantageando reitorias e gestores por todo Brasil. Estes, por conveniência ou medo, concordam com os desmandos do governo, com as ditas “recomendações”, e aplicam retrocessos sem quaisquer resistências.

Lutamos para que a jornada de 30 horas se torne um direito de fato e não seja apenas uma flexibilização - prevista no decreto 1.590. Ou seja, devemos conquistar a **redução da jornada de trabalho aos TAEs sem redução salarial**.

Porém, auditores da CGU estão frequentemente vigiando institutos e questionando as 30h de diversos cargos para, a partir disso, recomendar a suspensão imediata dessa jornada.

Diante dessa investida do governo, os

reitores devem resistir e lutar para que os órgãos de controle parem de legislar ao darem parecer que não tem previsão legal, e que respeitem a autonomia dos IFEs. Além disso, os reitores têm de estar compromissados com educação pública e de qualidade. Isso implica defender a jornada de 30 horas para garantir atendimento interrupto à população, aos usuários dos serviços públicos, seja ele público externo ou interno, como prevê a Lei 11091, que institui o PCCTAE.

Evidentemente, as interferências dos órgãos de controle do governo fazem parte de um projeto maior de privatização da rede federal de educação. O que se vê é uma máquina burocrática neoliberal que usurpou o Executivo, cujo mote é fazer da educação uma mercadoria barata e, portanto, vendê-la para gerar lucro aos rentistas da atrasada elite brasileira.

Com a passividade de reitores e gestores, todo esse autoritarismo pressupõem uma urgente rebelião. Os trabalhadores devem se unir e investir contra os grilhões do governo, defender a jornada flexibilizada e avançar diante do desmonte absoluto das IFEs.

Apenas a luta pode garantir a autonomia e o resgate do orçamento da educação, ciência e tecnologia que foi subitamente massacrado. O caminho é a resistência e a mobilização de toda a comunidade para que possamos derrotar o governo de Temer e todos que estão destruindo a rede federal no Brasil.